

PROCESSO TCE N° 123.901

ENTIDADE: Câmara Municipal de Brasília

NATUREZA: Prestação de Contas Anual

OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Brasília, referente ao exercício de 2016

RESPONSÁVEL: Mário Jorge Gomes Fiesca

RELATOR: Cons. Antonio Cristovão Correia de Messias

ACÓRDÃO Nº 11.922/2020

PLENÁRIO

Ementa: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Brasília. Exercício de 2016. Apuração de impropriedades que configuram graves infringências às normas constitucionais e legais: a) Inconsistência no Balanço Financeiro, em razão da não confirmação, em sua totalidade, do saldo em espécie transferido para o exercício seguinte, da ordem de R\$ 37,64; b) Evidenciação incorreta da conta Caixa e Equivalente de Caixa no Balanço Patrimonial; c) Ausências de empenhos e contabilização das Obrigações Patronais, devidas no exercício de 2016; d) Realização de despesas sem processo licitatório e; e) Não envio do Parecer do Controle Interno. Irregularidade das Contas. Aplicação de multas. Notificação. Abertura de Tomada de Contas Especial. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por maioria**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1) Pela irregularidade** das Contas da Câmara Municipal de Brasília, exercício financeiro e orçamentário de 2016, de responsabilidade do Senhor **Mário Jorge Gomes Fiesca**, Presidente da Câmara à época, com fundamento nas alíneas “b” e “c”, do inciso III, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, em razão das inconformidades destacadas neste voto; **2) Pela aplicação de multa** ao Senhor **Mário Jorge Gomes Fiesca**, Presidente da Câmara à época, com fundamento no inciso II, do artigo 89, da LCE nº 38/93, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil quinhentos e setenta reais), em face das graves infringências à legislação pertinente, a ser recolhida em favor do Tesouro do Estado do Acre, **no prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas; **3) Pela aplicação de multa** ao Senhor **Rogério Pontes de Sousa**, atual Presidente da Câmara, responsável pelo envio da presente Prestação de Contas, com fundamento

no inciso II, do artigo 89, da LCE nº 38/93 combinado com o artigo 19, da Resolução TCE/AC nº 87/2013, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil quinhentos e setenta reais), em face do envio intempestivo da prestação de contas, a ser recolhida em favor do Tesouro do Estado do Acre, **no prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas; **4) Pela aplicação de multa** ao Senhor **Antônio de Araújo Pimentel**, Contador, com fundamento no inciso II, do artigo 89, da LCE nº 38/93 combinado com o artigo 19, da Resolução TCE/AC nº 87/2013, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil quinhentos e setenta reais), em razão das inconsistências contábeis apontadas neste voto, a ser recolhida em favor do Tesouro do Estado do Acre, **no prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas; **5) Pela notificação** do atual Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Brasília para tomar ciência desta decisão e adotar as providências necessárias a fim de sanar às irregularidades apuradas, sob pena de responsabilidade e; **6) Pela abertura** de Tomada de Contas Especial, nos termos do §1º, do artigo 44, da LCE nº 38/93, para averiguar a possível ocorrência do direito dos servidores ao FGTS, e ainda, o valor dos juros e multas decorrentes do não recolhimento das contribuições previdenciárias, com a indicação dos responsáveis. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. **Divergiu, em parte**, o Conselheiro Antonio Jorge Malheiro ao votar pelo valor da multa de R\$ 14.280,00 (quatorze mil duzentos e oitenta reais) para o Presidente da Câmara e, para o Contador, a multa de R\$ 7.140,00 (sete mil cento e quarenta reais).

Rio Branco – Acre, 18 de junho de 2020.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Presidente do TCE/AC, em exercício

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Relator

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheiro RONALD POLANCO RIBEIRO

Conselheira DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO

Conselheira NALUH MARIA LIMA GOUVEIA

Fui presente:

JOÃO IZIDRO DE MELO NETO

Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

PROCESSO TCE N° 123.901

ENTIDADE: Câmara Municipal de Brasília

NATUREZA: Prestação de Contas Anual

OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Brasília, referente ao exercício de 2016

RESPONSÁVEL: Mário Jorge Gomes Fiesca

RELATOR: Cons. Antonio Cristovão Correia de Messias

RELATÓRIO

1. Tratam os autos da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Brasília, exercício de 2016, de responsabilidade do Senhor **Mário Jorge Gomes Fiesca**, Presidente, à época, **encaminhada intempestivamente** a esse Tribunal de Contas por meio eletrônico no dia 01/05/2017, em descumprimento ao prazo previsto no artigo 2º, §2º, inciso I, da Resolução TCE/AC nº 87/2013.
2. A análise técnica preliminar procedida pela DAFO/2ªIGCE (fls. 15/25) apurou às seguintes impropriedades:
 - 2.1. Inconsistência no Balanço Financeiro, em razão da não confirmação, em sua totalidade, do saldo em espécie transferido para o exercício seguinte, da ordem de R\$ 37,64, contrariando o disposto nos artigos 83, 85, 103 e 105 da Lei nº 4.320/64;
 - 2.2. Evidenciação incorreta da conta Caixa e Equivalente de Caixa no Balanço Patrimonial;
 - 2.3. Ausências de empenhos e contabilização das Obrigações Patronais, devidas no exercício de 2016, em desacordo com o art. 22, inciso I da Lei nº 8.212/91 e art. 15 da Lei 8.036/90;
 - 2.4. Realização de despesas sem processo licitatório, em desatendimento ao contido no art. 37, XXI e art. 2º da Lei nº 8.666/93.
 - 2.5. Não envio do Parecer do Controle Interno, contrariando o disposto nos artigos 31 e 74 da CF/88, art. 23 da Constituição Estadual e Resolução TCE/AC 076/12.

3. Devidamente citados (fls. 28/39), os Senhores Mario Jorge Gomes Fiesca, Rogerio Pontes de Souza e Antonio de Araújo Pimentel não apresentaram defesa, conforme demonstram as Certidões da Secretaria das Sessões às fls. 34 e 40.
4. Instada a se manifestar, a DAFO/2ªIGCE elaborou o Relatório Técnico Conclusivo de fls. 44/51.
5. O Ministério Público Especial manifestou-se às fls. 55/57, em pronunciamento da Ilustre Procuradora, Dra. Anna Helena de Azevedo Lima.
6. Na forma regimental, o processo veio-me por distribuição (fl. 2).

É o relatório.

Rio Branco – Acre, 18 de junho de 2020.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Relator

PROCESSO TCE N° 123.901

ENTIDADE: Câmara Municipal de Brasília

NATUREZA: Prestação de Contas Anual

OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Brasília, referente ao exercício de 2016

RESPONSÁVEL: Mário Jorge Gomes Fiesca

RELATOR: Cons. Antonio Cristovão Correia de Messias

VOTO

O EXMO. SENHOR CONSELHEIRO ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS (Relator):

A Prestação de Contas da Câmara Municipal de Brasília, exercício financeiro e orçamentária de 2016, de responsabilidade do Senhor **Mário Jorge Gomes Fiesca**, Presidente, à época, foi encaminhada intempestivamente a esse Tribunal de Contas no dia 01/05/2017, em descumprimento ao prazo previsto no artigo 2º, §2º, inciso I, da Resolução TCE/AC nº 87/2013.

A DAFO/2ªIGCE analisou a documentação enviada e apontou às impropriedades descritas no Relatório Preliminar de Análise Técnica de fls. 15/25. Regularmente citados, os Senhores Mario Jorge Gomes Fiesca, Rogerio Pontes de Souza e Antonio de Araújo Pimentel não apresentaram justificativa ou documentação quanto ao apurado. Por meio de relatório conclusivo, a DAFO/2ªIGCE, em face da revelia por parte do responsável considerou irregulares as contas em análise, com fundamento nos artigos 36, inciso I e 51, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, em razão das seguintes constatações:

- a) Inconsistência no Balanço Financeiro, em razão da não confirmação, em sua totalidade, do saldo em espécie transferido para o exercício seguinte, da ordem de R\$ 37,64, contrariando o disposto nos artigos 83, 85, 103 e 105 da Lei nº 4.320/64;
- b) Evidenciação incorreta da conta Caixa e Equivalente de Caixa no Balanço Patrimonial;

- c) Ausências de empenhos e contabilização das Obrigações Patronais, devidas no exercício de 2016, em desacordo com o art. 22, inciso I da Lei nº 8.212/91 e art. 15 da Lei 8.036/90;
- d) Realização de despesas sem processo licitatório, em desatendimento ao contido no art. 37, XXI e art. 2º da Lei nº 8.666/93 e;
- e) Não envio do Parecer do Controle Interno, contrariando o disposto nos artigos 31 e 74 da CF/88, art. 23 da Constituição Estadual e Resolução TCE/AC 076/12;

O Ministério Público Especial, no mesmo sentido, pronunciou-se pela irregularidade das contas, a teor das alíneas “b” e “c”, do inciso III, do artigo 51, da LCE nº 38/93, bem como pela imputação de débito apurado de R\$ 3,73, aplicação de multas aos responsáveis, e pela abertura de tomada de constas especial, nos termos do §1, do artigo 44, da LCE nº 38/93, para averiguar a possível ocorrência do direito dos servidores ao FGTS e, ainda, o valor dos juros e multas decorrentes do não recolhimento das contribuições previdenciárias, com a indicação dos responsáveis.

Em face do exposto, acompanhando as conclusões da análise técnica e do Ministério Público de Contas, exceto em relação a imputação de débito do valor de R\$ 3,73 (três reais e setenta e três centavos), que deixo de determinar a devolução em face de o valor se caracterizar como de baixa materialidade ou de pequena monta, a teor da pacífica jurisprudência desse Tribunal sobre a matéria, **voto**:

1. Pela **irregularidade** das Contas da Câmara Municipal de Brasília, exercício financeiro e orçamentário de 2016, de responsabilidade do Senhor **Mário Jorge Gomes Fiesca**, Presidente da Câmara à época, com fundamento nas alíneas “b” e “c”, do inciso III, do artigo 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, em razão das inconformidades destacadas neste voto;
2. Pela **aplicação de multa** ao Senhor **Mário Jorge Gomes Fiesca**, Presidente da Câmara à época, com fundamento no inciso II, do artigo 89, da LCE nº 38/93, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil quinhentos e setenta reais), em face das graves infringências à legislação pertinente, a ser recolhida em favor do Tesouro do

Estado do Acre, **no prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas;

3. Pela **aplicação de multa** ao Senhor **Rogério Pontes de Sousa**, atual Presidente da Câmara, responsável pelo envio da presente Prestação de Contas, com fundamento no inciso II, do artigo 89, da LCE nº 38/93 combinado com o artigo 19, da Resolução TCE/AC nº 87/2013, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil quinhentos e setenta reais), em face do envio intempestivo da prestação de contas, a ser recolhida em favor do Tesouro do Estado do Acre, **no prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas;

4. Pela **aplicação de multa** ao Senhor **Antônio de Araújo Pimentel**, Contador, com fundamento no inciso II, do artigo 89, da LCE nº 38/93 combinado com o artigo 19, da Resolução TCE/AC nº 87/2013, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil quinhentos e setenta reais), em razão das inconsistências contábeis apontadas neste voto, a ser recolhida em favor do Tesouro do Estado do Acre, **no prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas;

5. Pela **notificação** do atual Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Brasília para tomar ciência desta decisão e adotar as providências necessárias a fim de sanar às irregularidades apuradas, sob pena de responsabilidade;

6. Pela **abertura** de Tomada de Contas Especial, nos termos do §1º, do artigo 44, da LCE nº 38/93, para averiguar a possível ocorrência do direito dos servidores ao FGTS, e ainda, o valor dos juros e multas decorrentes do não recolhimento das contribuições previdenciárias, com a indicação dos responsáveis. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

É como voto.

Rio Branco – Acre, 18 de junho de 2020.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Relator